



VILAREALSTºANTONIO

ilham

-----**Assembleia Municipal**

ACTA N. 10/2013

Ao trigésimo dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e treze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **José Carlos Barros, Presidente da Assembleia Municipal, Maria do Rosário Papafina Proença, Primeira Secretária, Miguel Moreira da Costa, Segundo Secretário**, e os membros eleitos das Bancadas do PSD, PS, CDU e BLOCO DE ESQUERDA, e conforme Edital de 19 de Dezembro de 2013, reuniu em sessão **EXTRAORDINÁRIA**, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

Na **ABERTURA DA SESSÃO** a **Primeira Secretária** procedeu à chamada e confirmaram-se os seguintes pedidos de substituição: na bancada da CDU, **Margarida Rosa Molarinho de Brito Simão** foi substituída por **Vanda da Encarnação Matias Fernandes**, **Pedro Rui da Silva Barros** havia pedido a sua substituição por **Vilma Maria Fernandes de Brito**, que não compareceu; na bancada do PSD, **Luís Miguel Guerreiro Romão** foi substituído por **João Carlos G. Miguel Pereira**.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: Por se tratar de Sessão Extraordinária, não estando assim previsto o período de antes da Ordem do Dia, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou de imediato a dar conhecimento dos assuntos que constam da Ordem do Dia.-----

Ponto Um: **EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES** - O Presidente deu conhecimento da correspondência que foi remetida à Assembleia Municipal, nomeadamente um documento da DGAL relativo ao ponto três da Ordem do Dia, que chegou nesse próprio dia por correio electrónico, e que corresponde à apreciação técnica dos documentos previsionais do ano de 2014. Este documento foi no mesmo dia reencaminhado para os membros da Assembleia Municipal, e igualmente disponibilizado em formato papel no início da sessão.-----

Informou ainda que a primeira reunião da comissão para a revisão do regimento da Assembleia Municipal será agendada, mediante a disponibilidade dos membros, entre treze e dezassete de Janeiro de dois mil e catorze.-----

Luis Manuel da Rosa Fernandes pediu a palavra para questionar a mesa sobre a resposta a dois requerimentos apresentados pela bancada do PS a sete de Novembro.----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que à Mesa ainda não tinham sido entregues elementos sobre estes dois requerimentos.-----

Ponto Dois: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2014** -

Presente a Proposta apresentada em Sessão de Câmara pelo **Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por maioria por aquele órgão, com as abstenções dos Vereadores **David Murta, Célia Paz e José Cruz**.-----

Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, sendo a mesma aprovada por MAIORIA, com quinze votos favoráveis do PSD, cinco abstenções do PS, duas abstenções da CDU e uma abstenção do BE.-----

Foi apresentada e entregue uma declaração de voto relativa a este ponto por parte da bancada da CDU.-----

Ponto Três: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2014** - Presente a Proposta apresentada em Sessão de Câmara

pelo **Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por MAIORIA por aquele órgão, com as abstenções dos Vereadores **Célia Paz e David Murta** do PS.-----

Foi então concedida a palavra a **José Manuel Modesto Dourado**, que afirmou que “a aprovação deste orçamento significa a consumação de uma tragédia para o concelho de Vila Real de Santo António e que uma percentagem altíssima, 70% ou mais do orçamento, é afeta ao PAEL e Plano de Reequilíbrio Financeiro. O orçamento apresenta vários cortes e restrições que limitam a atuação da Câmara Municipal. A população fica mais pobre porque para além da troika do país, agora existe uma troika local e existem muitas pessoas iludidas com a Câmara Municipal. Este orçamento prevê a aplicação das taxas máximas aprovadas na última Assembleia Municipal, de modo que o voto do BE só poderá ser contra. Ainda que as verbas do PAEL não tenham sido disponibilizadas, as imposições já existem e vão continuar a existir e as pessoas

vão continuar a sentir ainda mais nos bolsos. Este orçamento é uma limitação da democracia, os munícipes vila-realenses estão duplamente penalizados e esta situação vai empobrecer mais as pessoas e enriquecer a banca. Os contratos entre a Câmara Municipal e os bancos a uma média de 6% de juros, significam um lucro completamente desavergonhado já que esses bancos que vão lucrar com essas taxas de juro obtêm financiamento do BCE a menos de 1%.”-----

Ricardo José Madeira Cipriano referiu que a bancada do PS lamentava o facto de não ter sido convidada a participar na elaboração deste documento e solicitou que, para a elaboração de um próximo orçamento, essa bancada seja convidada a participar. Mostrou ainda preocupação pelo facto de 60% do orçamento estar afeto ao PAEL e ao PRF e esta situação significar que dos oitenta e três milhões restarem apenas vinte e cinco milhões, dos quais dezanove milhões são transferências para a SGU. Acrescentou: *“Deduzido o orçamento real da Câmara Municipal é de seis ou sete milhões de euros, quando só para os salários dos funcionários desta autarquia estão previstos oito milhões. Preocupa-nos também a questão de saber onde é que este orçamento poderá vir a melhorar questões socio-económicas do concelho, apoio às associações e criação de emprego, entre outras. Se tivéssemos sido chamados a trabalhar ou a dar parecer no orçamento, algumas das questões tinham sido resolvidas e assim não foram.”* Apesar disso, informou que o PS é um partido responsável, que se estivesse no executivo faria diferente, mas que o voto será de abstenção tendo em conta a necessidade de que este orçamento vá para a frente.-----

António Manuel Cipriano Cabrita mencionou que esta discussão, que acontece e que é obrigatória fazer-se todos os anos, serve para assinalar os compromissos do executivo, eleito democraticamente através de eleições perante o seu eleitorado e os munícipes de Vila Real de Santo António. Disse ainda que *“esperava que a intervenção da bancada do PS tivesse outro tipo de profundidade e estranho o facto de não terem sido convidados para fazerem parte da elaboração do orçamento quando numa primeira fase foram convidados a aceitar pelouros e não os aceitaram.* Quanto ao BE, referiu algumas frases de **José Manuel Modesto Dourado** para explicar que as taxas máximas não foram aplicadas pelo PAEL, pois já estavam aplicadas há bastante tempo e são praticadas por quase todos os concelhos do Algarve Litoral por uma necessidade que se sentiu face à quebra substancial de receitas. Continuou: *“Não se deve falar em limitar a*

unw. 1.
D

democracia às pessoas em Vila Real de Santo António, porque a ninguém é retirada a palavra e a oposição pode dizer o que quer. Também não se pode dizer que este executivo não pratica os apoios sociais.” E acrescentou: “Quando o PS diz que 70% do orçamento está afeto ao PAEL, na prática isto contempla dois orçamentos – um orçamento base zero que ronda os vinte e cinco milhões de euros – feito com muito critério e que tem a ver com a atividade que se vai desenvolver – e o resto do orçamento está agregado ao PAEL. Quanto à criação de emprego, se não fosse o esforço que o município faz em colaboração com o IEFEP para tentar resolver este problema, teríamos situações muito piores sendo fácil ver pelas estatísticas já que o concelho de Vila Real de Santo António é dos que mais tem desenvolvido estas atividades.”-----

António Filipe Parra Martins deixou a seguinte observação “*Não se deve marcar a uma Assembleia Municipal para os últimos dias do ano pois pouco favorece o seu funcionamento. Recomendo que, em situações próximas, se faça a reunião antes das épocas festivas. Relativamente ao orçamento já aqui foi dito que tem muitas limitações sendo um compromisso que acaba por hipotecar o concelho por décadas. Há questões concretas que nos preocupam, nomeadamente saber como é que um orçamento destes poderá resolver problemas que os vila-realenses sentem diariamente – as inundações cada vez que chove um pouco mais que o normal, esgotos que continuam a não ser tratados na totalidade, os apoios às associações e o facto de a situação não estar a melhorar para quem desenvolve a sua atividade no concelho.*”-----

Destacou o acordo transfronteiriço de pescas que foi aprovado e vai entrar em vigor nos próximos dias, e que traz condições ainda mais difíceis para os pescadores portugueses visto que são dadas mais licenças a embarcações espanholas.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que a data da reunião é da sua responsabilidade, tendo aguardado até ao limite do tempo possível a sua marcação, já que o documento da DGAL não chegou dentro do prazo legalmente previsto de trinta dias – o que, a acontecer, teria possibilitado que a reunião da Assembleia Municipal se realizasse antes do dia 20. -----

Apelando ao seu poder de síntese, face à longa intervenção anterior, deu a palavra a **José Manuel Modesto Dourado**, que fez a seguinte observação em relação à intervenção do membro do PS: “*Toda a sua argumentação é contrária ao orçamento mas abstêm-se com o argumento de que é um partido responsável. Estará a chamar*

irresponsável a quem vota contra o orçamento?” Referiu que em relação à intervenção do membro do PSD, quando este diz que as taxas máximas já existiam antes do PAEL, é certo que as mesmas se mantêm e que não há hipótese de as descer. “Quanto ao facto de eu e outras pessoas fazermos acusações de falta de democracia, não tem apenas a ver com o voto de quatro em quatro anos ou pela possibilidade ou não das pessoas se reunirem. A partir do momento em que uma Câmara Municipal, eleita pelos cidadãos, está limitada por um conjunto de entidades financeiras, são impostas medidas políticas que, por esse facto, constituem uma falta de democracia. Com este orçamento restritivo que margem de manobra existe para apoiar as famílias mais necessitadas?” -----

Ricardo José Madeira Cipriano voltou a intervir para dizer o seguinte em relação à intervenção do membro do PSD: *“Fiz parte da Assembleia Municipal de 2001 a 2005 e o membro do PSD David Vasques da Silva, que fazia também parte da Assembleia nessa altura, deve ter ouvido muitas vezes a mesma crítica sobre o PS limitar a participação do PSD na elaboração do orçamento. Este não me parece um orçamento base zero já que para o ser tem de ter critérios financeiros e económicos e estudos económicos por trás. Olhando para o orçamento de dois mil e treze, a diferença é quase nula. Este poderá, sim, ser um orçamento de base um, o de base zero seria o de dois mil e treze”*. Disse ainda que, o parecer da DGAL lança algumas dúvidas e ressalvas em relação à execução do orçamento, que é legítimo o PS ter estas preocupações. Relativamente à questão colocada pelo BE, referiu: *“Nós somos democráticos e um partido responsável. Pelo facto de dizermos que nos abstermos e os outros partidos votarem contra, não dizemos que esses partidos são irresponsáveis.”-----*

Carlos Manuel de Almeida Lança referiu que gostava de saber junto do deputado do BE onde é que viu que a banca se vai financiar a menos de 1%, porque ele enquanto bancário não tem conhecimento dessas taxas. Disse ainda que ao longo dos últimos oito anos o membro **António Filipe Parra Martins** fez afirmações de que esta Câmara gasta muito dinheiro em festas, e que agora a CDU vem dizer que a Câmara não realiza os festejos de Carnaval. Afirmou ainda, em relação ao que foi dito no início pelo membro do PS, que a SGU não é uma entidade desconhecida, sendo detida a 100% pela Câmara Municipal, e que se esta não olhasse para o problema da falta de empregabilidade como olha, equilibrava-se financeiramente mas criava situações constrangedoras para os munícipes e para o concelho. Declarou que pensa que a Câmara

unm.
D

Municipal vai continuar a fazer trabalho no saneamento básico e na acção social, sendo este trabalho pouco visível, que a revitalização do Centro Histórico com a obra da SGU é essencial para o desenvolvimento do comércio local e que quando foram as últimas eleições já existia PAEL e as pessoas continuaram a confiar no executivo.-----

Ricardo José Madeira Cipriano disse que **Carlos Manuel de Almeida Lança** interpretou mal as suas palavras em relação à questão dos dezanove milhões de euros, porque ele não disse que este valor iria porta fora mas sim transferido para a SGU, e a Câmara e a Assembleia não teriam controlo sobre a sua execução. Acrescentou que *“expurgando o PAEL, o Reequilíbrio Financeiro e a transferência para a SGU, o orçamento que fica para a Câmara é de seis a sete milhões.”*-----

Rui João Gutierres Setúbal para colocar a seguinte questão: *“Uma vez que não temos essa informação, gostaria que a Câmara dissesse qual a execução orçamental até Novembro ou se é semelhante à do ano anterior.”*-----

O Presidente da Câmara Municipal disse que responderia no final.-----

José Manuel Modesto Dourado, dirigindo-se a **Carlos Manuel de Almeida Lança**, interrogou: *“Se os bancos não se financiam a menos de 1%, através do Banco Central Europeu, financiam-se a que taxa? É curioso o deputado Carlos Lança e o executivo gabarem-se de VRSA ser conhecido a nível nacional pelas várias festas como o «Portugal em Festa» mas Portugal não está em festa e o concelho de VRSA ainda menos.”*-----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para esclarecimento das questões levantadas. Respondeu a **José Manuel Modesto Dourado** dizendo que, quando este se refere ao orçamento e que não há verbas para obras e apoios sociais é porque não conhece ainda a realidade do perímetro de atuação da Câmara Municipal que contratualizou vinte e oito milhões de euros em obras de saneamento básico com o POVT, obras que já estão em execução na Fonte Santa, Corujeira, Cruz do Morto e Beco.-----

Disse ainda: *“No apoio social, a Câmara Municipal já foi distinguida várias vezes pelas políticas sociais que implementou. Não estão previstos cortes nos apoios sociais e não se deve criticar a empresa municipal quando é uma entidade que emprega famílias e tem em execução várias obras a cargo do executivo. A taxa de IMI, nesta câmara, sempre foi a mais elevada mesmo quando eu era Vereador entre 2011 e 2005. O PSD*

*nessa altura fez propostas para a redução desta taxa e foi sempre chumbado pelo executivo socialista. Em 2005 quando o PSD tomou posse baixou as taxas de IMI de 0,5 para 0,4 e de 0,8 para 0,7%. No Governo Sócrates as taxas reduziram-se para 0,4 e 0,7% e o executivo já não fez alterações e agora mantêm-se pelas razões já conhecidas.”. A **Ricardo José Madeira Cipriano** respondeu que este é um ano particular, princípio de mandato, e que o seu executivo sempre estabeleceu nos anteriores mandatos que a oposição faria chegar propostas para o orçamento até 30 de Setembro e que de facto esse princípio não foi referido no ano em curso, mas que sempre estará disponível para receber propostas e discuti-las informalmente. Disse ainda que quando foi Vereador da oposição sempre fez propostas que foram rejeitadas. Deixou a informação de que até 30 de Setembro todos poderão apresentar propostas.----*

De seguida referiu que este é um orçamento base zero e isso o parecer da DGAL não discute. Explicou que para a SGU, retirado o PAEL e o RF, sobram três milhões mais a verba que provém do estádio municipal. -----

Quanto à questão das inundações esclareceu que depois das grandes chuvadas e inundações de 2006, a obra começou no mês de Novembro desse ano, continua numa diferente fase e que, por conseguinte, a dívida da Câmara está nas obras feitas. Falou das zonas da cidade cujas obras foram da responsabilidade do PS e CDU e que foram feitas sem redes de águas pluviais, dizendo que actualmente é impossível gastar dez milhões de euros para fazer essas obras. -----

Para terminar frisou que quando foi Vereador não tinha condições de trabalho e que atualmente a todos os Vereadores da oposição foram dadas essas condições.-----

***António Manuel Cipriano Cabrita** propôs um encontro entre os vários membros da Assembleia onde seria possível discutir o estado do concelho, sector a sector. -----*

***Rui João Gutierrez Setúbal** interveio para dizer o seguinte: “Sou técnico oficial de contas e como tal, ao analisar o documento do orçamento, não encontro o parecer do ROC a dar luz verde ao mesmo.” -----*

Referiu ainda que havendo disponibilidade da autarquia, a oposição poderá apresentar propostas para o orçamento do próximo ano se lhes for apresentado um esboço do mesmo e que não encontra no orçamento as verbas das obras de saneamento básico. ----


- unan.,
D

O **Presidente da Câmara Municipal** disse que estas obras são de vinte e oito milhões de euros e que mantém tudo o que afirmou sobre a possibilidade de fazer uma reunião preparatória com bases orçamentais prévias. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por MAIORIA, com quinze votos favoráveis do PSD, cinco abstenções do PS, dois votos contra da CDU e um voto contra do BE.-----

Pela bancada do BE foi lida e entregue uma declaração de voto que fica apensa a esta acta, e pela bancada do PS foi lida a seguinte declaração de voto: -----

“Relativamente ao orçamento a nossa posição é de abstenção porque relativamente à execução orçamental de 2013 e aos valores de despesa e receita até Novembro o presidente da Câmara não respondeu. Esta informação é extremamente importante para avaliar a consistência do orçamento face áquilo que se tem verificado nos anos anteriores. É pouco compreensível que o máximo responsável pela autarquia venha a esta Assembleia sem conhecimento destes dados. É mesmo uma contradição se levarmos em conta aquilo que se passou o ano passado, uma vez que na Assembleia Municipal que aqui ocorreu no fim de Dezembro, o Sr. Presidente disse que do orçamentado estavam apenas executados em termos de receita catorze milhões e meio de euros ou seja 29% até Novembro, o que a manter-se será obviamente impossível vir a atingir uma receita de vinte e cinco milhões previstos. Outro aspecto importante e que limita a capacidade de análise e consequentemente da discussão deste orçamento é a falta de informação sobre os pagamentos que repetidamente têm vindo a ser efectuados das dívidas englobadas no PAEL, isto apesar de tal informação já ter sido requerida pelos Vereadores do PS na Câmara Municipal. Obviamente que a discussão que aqui se trava tem de ser política e não técnica, mas independentemente disso temos o direito a ser informados. Importa pois referir alguns aspectos que consideramos importantes: um orçamento base zero com o valor aproximado de vinte e cinco milhões de euros no qual se dá indicação que são aumentados em 2% os impostos e taxas municipais de acordo com a inflação prevista pelo Governo no orçamento de Estado. Temos a afirmação de um orçamento base zero quando se verifica que em muitos casos as rubricas são de cálculo total ou muito próximas daquilo que aconteceu em 2013. Por outro lado, a falta de compreensão daquilo que nos foi disponibilizado não é só nossa, a mesma foi referida na sessão de Câmara pelo Sr. Vereador da CDU, o qual afirmou não ter uma leitura clara sobre o orçamento porque não detalha verbas que estão

- *unanim.* 

afectas ao PAEL e quais as que estão verdadeiramente afectas ao orçamento de 2014. Afirma o documento da proposta que é o orçamento possível longe de ser o orçamento perfeito sendo o resultado de uma reflexão profunda sobre a política orçamental regional e local. Mas fizemos uma leitura comparativa deste orçamento com o do ano anterior e aquilo que verificamos é apenas globalmente uma redução de dois milhões de euros, de oitenta e cinco para oitenta e três milhões, uma redução de vinte e seis para vinte e cinco milhões do alegado orçamento de base zero, o aumento das receitas de 18,8 para 19,8 milhões – isto apesar de dizer expressamente nesse preâmbulo que numa perspectiva municipal e resultante das medidas de austeridade refletidas no orçamento de estado para 2014 com uma grave pluralização das transferências de verbas inscritas para o município e não sendo espectável que face às dificuldades dos agregados familiares e ao menor desempenho das empresas por via da recessão técnica que o país atravessa que a cobrança de impostos se mantenha com um nível semelhante ao do ano de 2013, o qual por sua vez já apresentou uma quebra significativa. Ou seja, é de uma contradição perfeita, entre o que está escrito por um lado e os considerandos que se faz em termos do aumento das receitas, até porque este aumento resulta quase exclusivamente da rubrica «venda de bens e serviços» que passa de 4,8 para 5,7 milhões de euros. Uma consideração final quanto à questão da SGU e dos 19 milhões de euros: de facto este é o único valor a que nós podemos chegar com a leitura de duas rubricas do orçamento. Todos os outros dados que aqui foram trazidos hoje não têm leitura nos dados que nos foram presentes. Foi isto que justificou o nosso voto. -----

Pela bancada do PSD foi lida a seguinte declaração de voto:-----

“A nossa declaração de voto é singela, directa e concisa e não um artigo de jornal como acabámos de ouvir. É porque artigos de jornal e lamúrias devem ser aspectos que têm de ser bem considerados de futuro na revisão do regimento desta Assembleia, porque este tipo de afirmações que aqui foram feitas agora, se tivessem sido feitas durante o debate, davam hipótese a que se pudesse explicar. Assim, dirá que falou muito. Pois falou, e o que disse? Nada.”

Ponto Quatro: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO ADITAMENTO AO CONTRATO DE ARRENDAMENTO CELEBRADO COM O IHRU** - Presente a Proposta apresentada sem Sessão de Câmara pelo **Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por unanimidade por aquele órgão.-----

unam.
47

Pedi a palavra **José Manuel Modesto Dourado** que afirmou que o BE não será contrário à atribuição de mais fogos sociais e perguntou quais foram os critérios de atribuição dos fogos sociais, se existiram e onde estão, quais os beneficiários e respetivas rendas. Afirmou ainda parecer-lhe haver falta de transparência, o que pode colocar em causa a análise das bancadas da oposição. Informou que o BE se ia abster.---

Luis Manuel da Rosa Fernandes disse que quando se está a ler uma declaração de voto não devem existir comentários dos membros das outras bancadas e que a mesa deve evitar esse tipo de situações. De seguida, questionou a mesa sobre as respostas aos requerimentos apresentados a 7 de Novembro, um deles relacionado com a habitação social, e afirmou ser importante acabar de vez com a carência habitacional do concelho. Perguntou ainda qual o período dos contratos de sub- arrendamento com os municípios.-

António Filipe Parra Martins interveio para dizer que a CDU vota favoravelmente este ponto tendo em conta que as habitações estão construídas no concelho e devem ser entregues. Concorda com o arrendamento das últimas quarenta e cinco casas mas mostrou-se preocupado com o destino das restantes, referindo que a autarquia deveria fazer um esforço para desbloquear esta situação. Referiu ainda que a CDU teve conhecimento de problemas com os condomínios e elevadores entre outros. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** tomou a palavra para dizer que o aluguer destas habitações é entre a Câmara Municipal e o munícipe com um período que vai até Dezembro de 2015 e que os problemas aos quais a CDU se refere já foram resolvidos pelo IHRU, tendo o mesmo feito reparações nas casas fechadas e resolvido as questões dos condomínios através de reuniões com todas as entidades intervenientes.-----

Ponto Cinco: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO CANCELAMENTO DA DÍVIDA DE ARRENDAMENTO DE FAUSTINO NASCIMENTO MADEIRA** - Presente a Proposta apresentada em Sessão de Câmara pelo **Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por unanimidade por aquele órgão. Não havendo intervenção dos membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

Ponto Seis: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE CÉRCEAS AO QUARTEIRÃO DELIMITADO PELA RUA DOS PESCADORES, RUA MANUEL DE ARRIAGA, RUA JOÃO DE ABOIM E RUA PROFESSORA ERMELINDA CALEÇA EM MONTE GORDO** - Presente a Proposta apresentada em Sessão de Câmara pelo **Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por maioria

com as abstenções dos vereadores **David Murta** e **Célia Paz** e o voto contra de **José Cruz**.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que tinha ficado de entregar uma informação que esclarecesse o plano de cérceas. Referiu que as questões colocadas sobre o termo de responsabilidade que entende como um plano de responsabilidade e a aplicação do artigo 73 do REGEU, são respondidas através da informação entregue nesta sessão, realçando que este plano não abdica da legislação em vigor.-----

José Manuel Modesto Dourado disse que tem muitas dúvidas sobre o enquadramento legal do plano de cérceas e que o que transparece é que esta intervenção é mais uma intervenção arbitrária. Monte Gordo e não só tem sido submetido a fortes pressões e interesses especulativos. Assim, afirmou que até ter um maior esclarecimento destas questões, votará contra. -----

Ricardo José Madeira Cipriano disse que o esclarecimento técnico deveria ter sido enviado com os documentos do ponto em questão e assim poderia ter sido estudado pelos membros do PS. Se esses esclarecimentos fossem suficientes votariam favoravelmente esta proposta apesar de acharem que o plano deveria ser alargado à zona envolvente. Referiu que talvez a Assembleia devesse ser interrompida para permitir o estudo do documento em causa. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** leu o documento e prestou esclarecimentos. -----

António Filipe Parra Martins interveio para dizer que a CDU vai votar contra por considerarem que o urbanismo e as cidades devem ser um todo e que seria um acto de boa prática na gestão urbana avançar com o PDM, instrumento que irá definir o crescimento, a evolução e os objectivos do concelho. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** disse achar que o membro **António Filipe Parra Martins** não está contextualizado nas afirmações já que Vila Real de Santo António tem um PDM e este plano cumpre o PDM. Disse ainda que a CDU e o PS deveriam explicar a permissão dada para a construção de certos edifícios em Monte Gordo.-----

Luis Manuel da Rosa Fernandes dirigiu-se ao **Presidente da Câmara Municipal** para dizer que em relação às questões das irregularidades que apontou ao PS não são para os membros daquela bancada mas sim para outras pessoas. Já em 2011 foi feito e aprovado em Assembleia o primeiro plano de cérceas, não fazendo sentido que o plano não seja para toda a rua e que faria sentido a revisão do PDM.-----

unms.
47

Ricardo José Madeira Cipriano mostrou-se esclarecido com a resposta do **Presidente da Câmara Municipal**, prescindindo da interrupção da Sessão.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por MAIORIA com os votos contra dos membros da bancada da CDU e do BE-----

Pelas bancadas da CDU e do PS foram lidas e entregues declarações de voto.-----

Ponto Sete: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO NOVO ITEM DA TABELA DE PREÇOS DO PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO PARA O ANO DE 2014 -**

Proposta apresentada pelo **Vereador João Rodrigues** em Sessão de Câmara e aprovada por unanimidade por aquele órgão. Não havendo intervenção dos membros da Assembleia Municipal, o Presidente submeteu a proposta a votação, a qual foi aprovada por UNANIMIDADE.-----

Ponto Oito: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PARECER VINCULATIVO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO -**

Proposta apresentada em Sessão de Câmara pelo **Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por maioria por aquele órgão, com as abstenções dos vereadores **David Murta** e **Célia Paz**. -----

Registou-se a intervenção de **José Manuel Modesto Dourado** que disse que o BE concorda com a natureza desta prestação, mas que gostaria que fossem convidadas mais empresas a apresentar propostas. -----

Não havendo mais intervenções dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação, a qual foi aprovada por MAIORIA com as abstenções dos membros do PS e do BE.-----

Foi lida declaração de voto por parte da bancada do PS.-----

Seguiu-se o período de intervenção do público, não havendo registo de intervenções.----

E nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou a leitura da minuta da ACTA que, colocada a votação, foi aprovada por UNANIMIDADE. O Presidente deu então por encerrada a sessão da Assembleia Municipal pelas vinte e três horas e quarenta minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário

José Carlos Costa Barros



Maria do Rosário P. Proença

(José Carlos Costa Barros)

Maria do Rosário P. Proença)

Assamblea Municipal 30-12-2013

inans.

ELEITOS DA CDU
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

DECLARAÇÃO DE VOTO

As cidades são o resultado de um acumulado de ações com base em princípios políticos. O cuidado, ou falta dele, com que o seu planeamento é realizado, condiciona a qualidade de vida e o seu desenvolvimento social.

O plano de Cércas e alinhamentos proposto, na linha política que tem orientado ao longo dos últimos 8 anos este executivo, é mais um ato urbanístico isolado e desarticulado de toda uma importante zona urbana de Monte Gordo, que tem estado sujeita a uma forte pressão especulativa.

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) é estabelecido pelo decreto-lei nº46/2009, de 20 de Fevereiro.

Tratando-se dum Plano Municipal de Ordenamento do Território(PMOT), o presente "Plano de Cércas e Alinhamentos" pode ser enquadrado no Art 79º do referido Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) por se tratar de facto de um Plano de Pormenor, uma vez que os Planos Municipais de Ordenamento do Território(PMOT), compreendem apenas os Plano Diretor Municipal, Plano de Urbanização e Plano de Pormenor.

O presente estudo não faz qualquer referência ao enquadramento legal, limitando-se simplesmente a referir um ponto de um artigo do regulamento do PDM, definidor das normas urbanísticas de gestão do território e o regulamento Geral das Edificações Urbanas.

Consideramos que a Actualização do Plano director Municipal é a melhor forma de promover soluções de renovação urbana integradas no espaço e sustentáveis no tempo, contrariando estas soluções pontuais e isoladas que no seu somatório, tendem a criar mapas que são mantas de retalhos.

É ainda relevante a questão das infraestruturas que não estão dimensionadas para suportar as cargas que têm vindo a ser colocadas na rede de saneamento e o agravamento de problemas de circulação e esta estacionamento automóvel.

Por estes motivos votámos contra a proposta.

Vila Real de Santo António, 30 de Dezembro de 2013

insur.

30-12-2013

Q

Declaraci3n de voto

PSD vota a favor porque:

- 1) Intereses p3blicos
- 2) Apoyados en el Mandato en

Sesi3n de Consejo



Intereses

PSD Au Ungr



LS



Ungr, 30/12/13



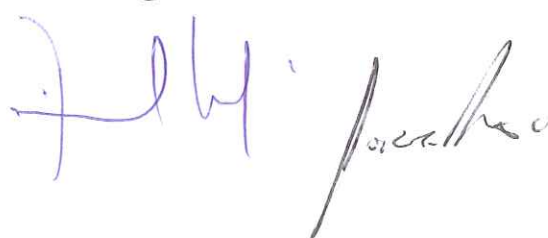
Agencia de





Alexander



F. H. 

Assinatura de 30-12-2013

univ.

W

ELEITOS DA CDU
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

DECLARAÇÃO DE VOTO

Relativamente ao contrato com o IHRU que vai permitir disponibilizar para arrendamento mais cinco fogos, consideramos positivo que mais cinco famílias venham a poder arrendar casas que estão há vários anos prontas ~~e~~ mas sem uso. Por este motivo votaremos favoravelmente.

Consideramos que para as restantes habitações ainda desocupadas, deverão ser tomadas as medidas necessárias para que estas não continuem vazias e que cumpram a função para que foram contruídas.

Consideramos no entanto que os exemplos menos felizes a que todos assistimos de entrega de chaves em vésperas de eleições, durante a noite e fora do horário em que seria normal, nada favorece a transparência que estes processos necessitam, sobretudo quando muitas dezenas de famílias continuam a aguardar em lista de espera uma casa disponível.

Seria importante que as listas de candidatos e os critérios de atribuição das próximas habitações fossem tornados públicos, por forma a tornar claro o processo e a quem corresponderá a próxima casa disponível.

Temos ainda conhecimento de que no caso das 40 casas já atribuídas, se multiplicam problemas que não foram devidamente salvaguardados para a instalação dos novos inquilinos, nomeadamente relacionados com a utilização de espaços comuns e questões técnicas relacionadas com o condomínio (iluminação, elevadores e painéis solares). Sugerimos o acompanhamento atempado pelos técnicos de ação social da autarquia e articulando com o próprio IHRU por forma a que este processo contribua para a estabilidade destas 45 famílias e facilite a resolução do impasse com todas as restantes casas que continuam por habitar.

Vila Real de Santo António, 30 de Dezembro de 2013

Alexandre P. F. C.
Alexandre P. F. C.

Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal de VRSA

Declaração de Voto

O PS /Sócrates escreveu e deu força de lei na regulação dos vínculos e carreiras da administração pública aos princípios da organização liberal do estado que o PSD/Passos Coelho tenta concretizar tanto quanto possível.

O debate que eles dizem ser sobre a "reforma" do Estado não é mais do que uma rábula da política espetáculo de mau gosto com que nos bridam. Para o PS/PSD/CDS, são funções de estado a magistratura, a diplomacia e a segurança. Tudo o resto é privatizável .

Além disso a politica dos governos de desvalorização dos trabalhadores é consubstanciada na quebra de vínculos; congelamento de carreiras e das remunerações com quebra progressiva do valor dos salários, aumento dos impostos, redução do numero de feriados, dos dias de férias e aumento da jornada e da duração semanal do trabalho.

O serviço público é juntamente com os trabalhadores que o concretizam o alvo direto desta ofensiva: O Estado "liberal e o negócio privado precisam para se afirmarem como solução, de serviços públicos desorganizados, funcionando em condições degradadas, com funcionários mal pagos e, de preferência desqualificados. Quanto pior fôr o serviço público mais fácil é afirmar a pretensa supremacia do privado.

A cedência especial de trabalhadores e competências entre a Câmara a SGU não é mais do que um trampolim para o atrás exposto.

O quadro de pessoal da Autarquia de Vila Real de Santo António posto agora á votação implica que serão os mesmos 407 funcionários do ano anterior, não tendo em conta as possíveis reformas e mortes,.

A autarquia de VRSA está vocacionada para prestar um serviço público com a melhor qualidade e não o conseguirá fazer se não tiver trabalhadores e dirigentes que o efetuem.

Por as razões apresentadas abstivemo-nos na presente votação

VRSA, 30/12/2013

3D-12-2013

univ.

Declaração de voto

A bancada do PSD na AM de UBA, Congregando-se pela oposição pro ano 2014.

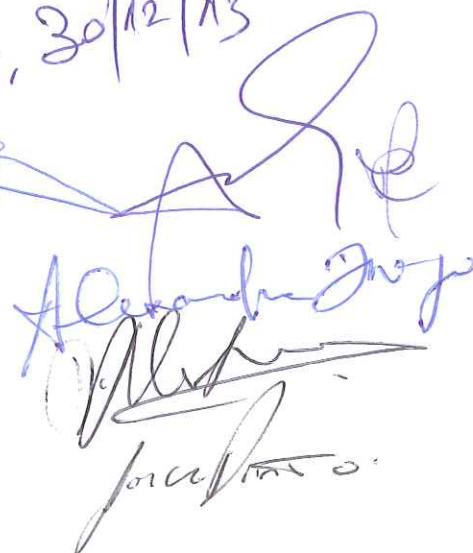
Resolva-se a forma como fosse com o próprio executivo o regulamento financeiro do Concelho, com o objectivo de se fazer a prossecução de política em prol das populações do Concelho.

Fica aqui por definição uma forma correcta de regular os custos e de garantir um futuro mais saudável.

univ, 30/12/13

PSD 


7/1/14


Alcides Jorge
João





Remuneração de Assembleia Municipal
de 30/12/2013

unam.



Bloco de Esquerda


Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: Orçamento Municipal para o Ano Económico de 2014

O suporte deste Orçamento Municipal é o PAEL e o Plano de Reequilíbrio Financeiro. Dito de outro modo, estamos perante um documento de gigantesca austeridade que irá incidir – que, aliás, já está a incidir – sobre a população do concelho de Vila Real de Santo António. Além da troika externa que manda neste momento no país, os municípios vila-realenses terão uma troika interna durante duas décadas. As imposições do PAEL aí estão e estarão, embora as verbas ainda não tenham sido recebidas. É um Orçamento de cortes e de restrições, que paralisa as obras necessárias no nosso município e que acorrenta ainda mais as pessoas à pobreza que não para de crescer. Com a dívida ao Estado, via PAEL, e com a dívida às instituições financeiras, via PRF, estão assegurados os interesses da banca, que terá uma renda fixa ao longo de vários anos. Os bancos têm aqui um “negócio da China”, pois os contratos com eles firmados na ordem dos 6% dão-lhes uma margem de lucro desavergonhada, já que os mesmos se financiam junto do BCE a menos de 1%.

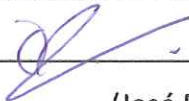
A leitura do Orçamento Municipal para 2014, apresentado pelo Executivo camarário, coloca várias dúvidas e suscita outras tantas questões. Não resulta claro, por exemplo, que verbas inscritas dizem respeito ao PAEL e que verbas não lhe são afectas. Do mesmo modo, não são claros os critérios utilizados na elaboração do orçamento de base zero. Depois, é pertinente questionar por que motivo se inscrevem no Orçamento valores aparentemente tão elevados destinados a rubricas como “Estudos, pareceres, projectos e consultadoria” ou “Seminários, exposições e similares”. Do mesmo modo, cabe perguntar pelas justificações das enormes transferências (cerca de 19 milhões de Euros) para a Empresa Municipal.



O governo PSD/CDS, subserviente da troika estrangeira e exemplar agente do capital internacional e nacional, ao mesmo tempo que penaliza, com as suas políticas de austeridade, quem trabalha e quem trabalhou, empobrecendo a maioria da população e dos trabalhadores, concede perdão e benefícios fiscais a grandes grupos económicos. O nosso concelho sofre brutalmente com estas políticas, às quais acrescem agora as imposições do PAEL. E que faz o Executivo PSD? Aplica, com a abstenção do PS, as taxas máximas municipais, em vez de garantir e reforçar os apoios sociais. Assim, o Bloco de Esquerda pergunta com toda a justeza: que margem de manobra resta ao Executivo para cobrir as necessidades sociais da população cada vez mais empobrecida? Após tanta festança, o que resta agora? As sobras da festa?

Por todos os motivos acima expostos, o Bloco de Esquerda vota contra o Orçamento para 2014.

Vila Real de Santo António, 30 de Dezembro de 2013



(José Dourado)